MARIA EMILIANA CARVALHO HERRMANN

**A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das
Pessoas Idosas e sua importância para o Direito brasileiro**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Doutora Bibiana Graeff Chagas Pinto Fabre

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

MARIA EMILIANA CARVALHO HERRMANN

**A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das
Pessoas Idosas e sua importância para o Direito brasileiro**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação do Professora Doutora Bibiana Graeff Chagas Pinto.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Herrmann, Maria Emiliana Carvalho

A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e sua importância para o Direito brasileiro ; Maria Emiliana Carvalho Herrmann ; orientadora Bibiana Graeff Chagas Pinto -- São Paulo, 2020.

202f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Convenção interamericana. 2. Pessoa idosa. 3. Envelhecimento. 4. Vulnerabilidades múltiplas. 5. Direitos humanos. I. Pinto, Bibiana Graeff Chagas, orient. II. Título.

Nome: HERRMANN, Maria Emiliana Carvalho

Título: A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e sua importância para o Direito brasileiro

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação do Professora Doutora Bibiana Graeff Chagas Pinto.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Ao Lucas e à Flora, a esperança de um Brasil de justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha orientadora, professora Bibiana Graeff, pelo aprendizado e incentivo no desenvolvimento de um estudo tão importante quanto desafiador. E como este encontro não foi por acaso, não poderia deixar de agradecer ao professor Guilherme Assis de Almeida, por apostar, de antemão, nesta frutífera parceria.

Especial agradecimento ao meu pai, Pedro Armando Egydio de Carvalho, por me trazer inquietude diante das desigualdades deste nosso país sofrido. Distante dos holofotes da academia, dos lançamentos de livros, das homenagens e condecorações, dos prêmios e títulos, não houve ninguém que tivesse exercido, com tanta humildade e sabedoria, a difícil tarefa de reconhecer, no mais oprimido dos oprimidos, a humanidade que nos falta.

À minha querida mãe, Elisabeth, que, assistindo às minhas recentes frustrações, soube me dar o conforto e a confiança para que eu pudesse continuar acreditando em mim.

Aos meus filhos queridos, Lucas e Flora, que ao longo da, ainda, curta existência, me ensinaram a compartilhar, ponderar, perdoar e amar grandiosamente.

Por fim, agradeço às minhas colegas mediadoras, e hoje também parceiras no nosso mais novo projeto, ‘Mediando Gerações’, as queridas Alessandra Negrão Elias Martins, Heloísa Desgualdo e Maria Beatriz Gravina do Prado, com quem tenho o prazer de aprender e aprofundar os temas relacionados ao envelhecimento e às formas pacíficas de solução de conflitos intergeracionais.

*“E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia”*

(João Cabral de Melo Neto – Morte e vida severina)

“Se fôssemos verdadeiramente astutos, envelheceríamos jamais”

(Evandro Affonso Ferreira – Não tive nenhum prazer em conhecê-los)

HERRMANN, Maria Emiliania Carvalho. *A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e sua importância para o Direito brasileiro*. 202f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado baseia-se no estudo e análise do mais recente tratado do sistema interamericano de direitos humanos, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e alguns dos possíveis impactos, caso venha a ser ratificada em território nacional, na normativa protetora da pessoa idosa vigente no Brasil. Através de uma retrospectiva das regras internacionais (sistemas universal e regional interamericano) responsáveis pela consolidação do reconhecimento da pessoa idosa como sujeito de direitos e não somente objeto de proteção estatal, foram apresentados os principais avanços trazidos pela Convenção, com destaque para a participação do Brasil durante o procedimento de elaboração e aprovação do texto final na Organização dos Estados Americanos. Diante de um cenário de envelhecimento acelerado e das inúmeras velhices particularizadas pelas diversas realidades sociais, econômicas e culturais da região, o tratado tem o mérito de jogar luz, através das lentes principiológicas dos direitos humanos, no fato de que ações de promoção da igualdade e enfrentamento da discriminação em razão da idade não podem ser feitas sem considerar as tantas situações de vulnerabilidade a que estão sujeitas as pessoas idosas. Enquanto aguarda-se a finalização do processo de ratificação da Convenção perante as instâncias brasileiras, foram analisadas nesta dissertação situações que poderão conduzir a uma ampliação dos direitos da pessoa idosa em solo nacional, em consonância com as diretrizes e objetivos propostos pelo instrumento interamericano de direitos humanos, já em vigor na região desde janeiro de 2017.

Palavras-chave: Convenção interamericana. Pessoa idosa. Envelhecimento. Vulnerabilidades múltiplas. Direitos humanos.

HERRMANN, Maria Emiliana Carvalho. *Inter-American Convention on Protecting the Human Rights of Older Persons and its Importance for Brazilian Law*. 202p. Dissertation (Master's Degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This dissertation is based on the study and analysis of the most recent treaty on the inter-American human rights system, the Inter-American Convention on Protecting the Human Rights of Older Persons and, if ratified in the national territory, some of its likely impacts on the older persons protective regulations in force in Brazil. Based on a retrospective of the international rules (Global and Inter-American Regional Systems) responsible for consolidating the recognition of the older person as a subject of rights and not only the object of state protection, the main advances brought by the Convention were presented, especially the participation of Brazil during the process of drafting and approving the final text at the Organization of American States. In the face of an accelerated aging scenario and the countless old ages given by the various social, economic and cultural realities of the region, the treaty has the merit of shedding light through the principles lens of human rights, on the fact that actions to promoting equality and tackling age discrimination cannot be achieved without considering the various situations of vulnerability to which older people are subjected. Pending the finalization of the Convention's ratification process before Brazilian authorities, this dissertation analyzed situations that could lead to an extension of the older persons rights on national soil, in line with the guidelines and goals proposed by the Inter-American Human Rights Instrument already enforceable in the region since January 2017.

Keywords: Inter-American Convention. Older Person. Aging. Multiple vulnerabilities. Human rights.

ABREVIATURAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
CAJP	Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (Organização dos Estados Americanos)
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDDPI	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CDESC	Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
CDPD	Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CESCR	Committee on Economic Social and Cultural Rights
CFM	Conselho Federal de Medicina
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CIPDHPI	Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa
CorteIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
DESC	Direitos econômicos, sociais e culturais
DELBRASUPA	Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EPD	Estatuto da Pessoa com Deficiência
IPPDH	Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos
NHRIs	National Human Rights Institutions
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEWG	Open-ended Working Group on Ageing
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PF-PIDESC	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
SERE	Secretaria de Estado de Relações Exteriores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

PRIMEIRA PARTE

A PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA NO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

I. A PESSOA IDOSA COMO SUJEITO DE DIREITO NO ÂMBITO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: SISTEMAS UNIVERSAL (ONU) E REGIONAL (OEA)	21
A. A proteção da pessoa idosa no sistema universal – ONU.....	23
1. Planos de Ação Internacional de Viena e de Madri sobre o Envelhecimento	24
2. Grupo de Trabalho de Composição Aberta sobre o Envelhecimento	30
3. Os instrumentos vinculantes de direitos humanos da ONU, Comentários Gerais e Recomendações dos Comitês	38
B. A proteção da pessoa idosa no sistema interamericano – OEA	44
1. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o Protocolo de São Salvador	44
2. A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas: gênese e contribuições do Brasil	46
 II. OS MECANISMOS DE CONTROLE E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS IDOSAS.....	 63
A. Os mecanismos de acompanhamento e proteção: a conferência de Estados-Partes e o Comitê de Peritos	64
B. O sistema de peticionamento individual	67
1. A interdependência dos direitos humanos e o dever dos Estados na implementação progressiva dos direitos econômicos, sociais e culturais.....	68
2. A Corte Interamericana e a justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais: o caso Poblete Vilches e outros <i>versus</i> Chile	73
3. A amplitude dada pela Convenção ao sistema de peticionamento individual	79
C. A extensão da obrigação do Estado signatário de não frustrar os objetivos do tratado	82

SEGUNDA PARTE
APORTES DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS IDOSAS PARA O DIREITO BRASILEIRO

I. O CONCEITO DE PESSOA IDOSA.....	97
A. A abrangência do conceito de pessoa idosa a partir da Convenção	101
1. A amplitude do critério etário cronológico e seus reflexos na proteção da pessoa idosa.....	102
2. Velhice e heterogeneidade: vulnerabilidades e discriminação múltipla.....	112
B. Por novos critérios etário-cronológicos no Direito brasileiro	119
1. Por uma redefinição de pessoa idosa no direito penal brasileiro.....	120
1.1. O envelhecimento e o cárcere	127
1.2. A pessoa idosa encarcerada e a revisão do conceito de velhice	134
2. Por uma redefinição de pessoa idosa com deficiência no Direito brasileiro.....	140
 II. UMA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.....	 145
A. Sobre o direito à igualdade e a não discriminação por idade	146
1. Discriminação etária e regime de bens.....	150
2. Discriminação etária e direito ao trabalho	153
B. Sobre o direito à independência e à autonomia.....	157
1. A capacidade jurídica como ferramenta para o exercício dos direitos humanos da pessoa idosa: contribuições da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	159
2. A tomada de decisão no âmbito da saúde: vontade antecipada, consentimento livre e informado, cuidados paliativos e direito à morte digna.....	168
 CONCLUSÃO.....	 179
 REFERÊNCIAS	 185

INTRODUÇÃO

A aprovação de um tratado específico para a garantia internacional dos direitos da pessoa idosa é um tema que há anos vem sendo discutido nos sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos.

No âmbito universal, a ONU dedicou-se especificamente ao envelhecimento em dois momentos principais, nos anos de 1982 e 2002. Do debate entre seus membros foram elaborados os chamados Planos de Ação que, não obstante o caráter de *soft law*¹, consistem em verdadeiras bases internacionais fundantes da nova cultura gerontológica.

O Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento (1982)² e, posteriormente, a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (2002)³ são os primeiros marcos globais da narrativa dos direitos humanos da pessoa idosa, tendo ambos contribuído não apenas para o reconhecimento de um “novo” ator social, mas também para a implementação de políticas públicas de promoção dos direitos desta população. Todavia, à falta de um modelo obrigatório, os avanços trazidos pelos mencionados planos não previram mecanismos de monitoração e avaliação do cumprimento das prioridades ali estabelecidas, dependendo a concretização de suas diretrizes muito mais da atuação política e interna de cada governo.

Para além destes dois importantes documentos, os textos vinculantes do sistema ONU, ou seja, aqueles que invocam os Estados signatários ao cumprimento de suas obrigações e os submetem aos mecanismos de controle, praticamente negligenciaram as especificidades da pessoa de mais idade⁴. A própria Declaração Universal dos Direitos

¹O termo *soft law* é utilizado no direito internacional para designar os instrumentos de caráter não vinculativo, normalmente resoluções, diretrizes, declarações e recomendações elaborados pelas organizações internacionais a partir das negociações entre seus Estados-membros. Entende-se que as regras constantes destes documentos não são de cumprimento obrigatório, pois não possuem força coativa para impor sanções em caso de descumprimento de suas disposições pelo Estado infrator.

²NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento*. (1982). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/prologo.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³PLANO de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002. Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. Brasília-DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Este Plano foi o resultado da II Assembleia Mundial do Envelhecimento realizada de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri, promovida pela ONU. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁴Noberto Bobbio faz importante reflexão sobre a especificação do sujeito de direito e a necessidade de proteção específica a determinados sujeitos (incluindo a pessoa idosa) por parte do Estado, na obra *A era dos direitos*. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 59 e ss.

Humanos (DUDH), embora tenha consignado que os direitos previstos são garantidos a todos sem distinção, trata da velhice em apenas uma passagem, no contexto da proteção à saúde e ao bem-estar⁵. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 tampouco faz referência expressa aos direitos da pessoa idosa, exceto no artigo 9º que cuida do direito à seguridade social⁶. Assim também, as convenções da ONU direcionadas à proteção de um grupo específico de indivíduos (mulheres, pessoas com deficiência, migrantes, afrodescendentes) pouco mencionam a questão da idade avançada como um dos fatores a ser considerado pelos Estados na realização de medidas de salvaguarda.⁷

Na região interamericana, apesar do delicado cenário em que o envelhecimento ocorre⁸, poucos eram os dispositivos que cuidavam da temática, limitando-se a proteção da pessoa idosa a praticamente um único e genérico artigo constante do Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador)⁹. Do mesmo modo se observa na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, cuja redação do artigo 25 reconhece o direito à existência

⁵Artigo XXV (1): *Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle.*(destaquei)

⁶Artigo 9º: *Os Estados-Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à previdência social, inclusive ao seguro social.*

⁷A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 é um dos raros tratados da ONU que traz menção específica à pessoa idosa ao definir as obrigações dos Estados-partes quanto à prestação dos serviços de saúde (artigo 25 b), ao acesso aos serviços de proteção social (artigo 28, 2, b), à preocupação com a idade no que tange às condições adequadas de acesso à justiça (artigo 13) e à adoção de medidas específicas de prevenção em casos de violência, exploração ou abuso, com especial atenção ao gênero e à idade da pessoa com deficiência (artigo 16). Além disso, Flávia Piovesan lembra que “ *a Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher se refere à idade avançada ao tratar da eliminação de discriminação contra mulheres na esfera do emprego e no exercício do direito à seguridade social*) artigo 11.1 (e); e a *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e membros de suas famílias inclui a ‘idade’ na lista de bases para a discriminação* (artigo 7º). Por fim, a *Organização Internacional do Trabalho (OIT) também já abordou o tema dos trabalhadores idosos.*” PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 512-513.

⁸Os dados sobre o envelhecimento na América Latina podem ser acessados no link: ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Informe sobre la Situación de las Personas Mayores en el Hemisferio y la Efectividad de los Instrumentos Universales y Regionales Vinculantes de Derechos Humanos con Relación a la Protección de los Derechos de las Personas Mayores. CAJP/GT/DHPM-14/11 rev. 1. 5 diciembre 2011. Remarks of the Delegation of Brazil at the Meeting of the Working Group Held on November 4, 2011. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=10&lang=e>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁹O Artigo 17 do Protocolo estabelece que toda pessoa tem direito à proteção especial na velhice e elenca algumas medidas que devem ser adotadas progressivamente pelos Estados-partes para colocar em prática este direito.

digna e independente da pessoa idosa, sem, entretanto, estabelecer compromissos por parte de seus membros quanto à implementação e garantia dos direitos específicos deste grupo¹⁰.

No continente africano, por sua vez, um passo a mais foi dado com a recente aprovação do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos dos Idosos em África que, para entrar em vigor, ainda pende de um número mínimo de ratificações dos países da região¹¹.

Em sessão realizada no dia 15 de junho de 2015 em Washington D.C, Estados Unidos, foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (CIPDHPI). A entrada em vigor do tratado se deu no dia primeiro de janeiro de 2017 após o depósito do segundo instrumento de ratificação na Secretaria Geral da OEA. Este é o primeiro e, até o presente momento, o único instrumento internacional juridicamente vinculante em vigor voltado para a promoção dos direitos das pessoas idosas. A exemplo do que já existe em relação a outros grupos em situação de vulnerabilidade (indígenas, crianças, mulheres, afrodescendentes, migrantes, pessoas com deficiência), a sua aprovação constitui avanço nos esforços para assegurar, em caráter permanente, os direitos dessa coletividade.

O Brasil foi um dos primeiros países da região a assinar a CIPDHPI, mas até a presente data não concluiu o processo de internalização na ordem jurídica nacional. Desde 2017 a convenção encontra-se no Congresso Nacional para apreciação¹² e, em caso de aprovação e posterior ratificação pelo Executivo, o Brasil terá pela frente alguns desafios para a plena implementação do tratado.

O presente trabalho propõe discutir, sob a ótica do envelhecimento e do Direito Internacional dos Direitos Humanos, alguns importantes avanços trazidos pela CIPDHPI, bem como os obstáculos que poderão surgir quando da sua efetivação no ordenamento

¹⁰O referido artigo dita que a União reconhece e respeita o direito das pessoas idosas a uma existência condigna e independente e a sua participação na vida social e cultural.

¹¹Segundo informações constantes do site da African Union <https://au.int/en/treaties/protocol-african-charter-human-and-peoples-rights-rights-older-persons>, até o dia 22 de outubro de 2019, 14 países africanos, de um total de 55, haviam assinado o protocolo e, destes, somente 2 depositaram o documento devidamente ratificado. Para que o protocolo entre em vigor são necessárias no mínimo 15 ratificações. AFRICAN UNION. *Protocol to the African Charter on Human and Peoples' Rights on the Rights of Older Persons*. Disponível em: <https://au.int/en/treaties/protocol-african-charter-human-and-peoples-rights-rights-older-persons>.

¹²O status das assinaturas da CIPDHPI pode ser acompanhado pelo link: ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. *Convención Interamericana Sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores (A-70)*. Adoptado en: Washington, D.C., Estados Unidos. Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-70_derechos_humanos_personas_mayores_firmas.asp. Acesso em: 10 jul. 2018.

jurídico brasileiro. Partindo-se do entendimento de que as normas internas e aquelas oriundas dos tratados internacionais de direitos humanos são complementares no propósito de garantir a maior abrangência possível dos direitos fundamentais (princípio internacional *pro homine*¹³), a análise terá como escopo identificar, a partir das inovações que serão abordadas, os campos de ampliação da proteção da pessoa idosa no Brasil.

Pelas limitações próprias que uma dissertação de mestrado apresenta, não serão analisados todos os aspectos da CIPDHPI, mas alguns temas selecionados, especificados adiante.

A dissertação contém duas partes, cada qual dividida em dois capítulos. A primeira parte discorrerá sobre a proteção da pessoa idosa no Direito Internacional dos Direitos Humanos e, a partir da cronologia dos instrumentos existentes nos sistemas global e regional até a aprovação da CIPDHPI, será traçado, no primeiro capítulo, o processo de reconhecimento da pessoa idosa como sujeito de direito.

Em relação à construção do texto convencional, serão abordadas as discussões conduzidas pelo Grupo de Trabalho sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa (GT-DHPM) em torno do então projeto da CIPDHPI, com destaque à participação da delegação diplomática brasileira nas reuniões ocorridas entre os anos de 2011 e 2015. A análise desta documentação, bem como daquela disponível pela Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) da OEA, tem a pretensão de identificar, desde o momento de preparação do tratado, quais os possíveis caminhos para um diálogo de integração entre as normativas nacional e internacional.

O segundo capítulo da primeira parte cuidará de refletir sobre os avanços trazidos pela CIPDHPI ao sistema de controle e efetivação dos direitos da pessoa idosa. De um lado, a previsão da submissão integral ao sistema de petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de todos os direitos garantidos no texto, consolidando a justiciabilidade também dos direitos econômicos, sociais e culturais e, de outro, o estabelecimento de um mecanismo duplo de fiscalização do cumprimento das responsabilidades assumidas pelos Estados-partes, com a previsão da formação de um Comitê de Peritos composto por especialistas no tema do envelhecimento. Ainda neste tópico, e com base nas normas que regem o direito dos tratados, o trabalho discutirá, segundo

¹³O princípio da interpretação *pro homine* determina que os tratados de direitos humanos sejam interpretados sempre no sentido da máxima proteção ao ser humano. Sobre o tema, consultar: RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 81-84.

o princípio da boa-fé, a extensão da obrigação dos Estados em não frustrar o objeto do tratado já assinado, mas ainda não ratificado.

Na segunda etapa da dissertação foram selecionados aportes da CIPDHPI que serão examinados tendo em vista os possíveis impactos na ordem jurídica interna.

Uma rápida leitura das definições e diretrizes constantes da CIPDHPI sugere que o critério etário-cronológico pode não ser suficiente na missão de garantir a este grupo a devida salvaguarda de seus direitos. É na heterogeneidade da pessoa idosa, cada qual com suas particularidades e diferenças, que os Estados-partes da convenção devem pautar a elaboração e implementação de políticas públicas de inclusão e combate às práticas discriminatórias.¹⁴ Neste sentido, o primeiro capítulo desta segunda parte discorrerá sobre o conceito de pessoa idosa apresentado pela CIPDHPI e em que medida a amplitude estabelecida pela convenção na definição desta categoria impactará na sua proteção. Sob a perspectiva dos direitos humanos e das múltiplas vulnerabilidades, pretendo argumentar, através do exemplo do encarceramento e da deficiência, a possibilidade de serem estabelecidos outros critérios etários mais protetores ao indivíduo que, em razão de situações de vulnerabilidade social, vivencia o envelhecimento de forma precoce.

O segundo capítulo da segunda parte apresentará algumas contribuições da CIPDHPI para a ampliação dos direitos da pessoa idosa. O estudo analisará o direito à igualdade (visto pela ótica da não discriminação) e o direito à autonomia e independência da pessoa idosa.

Ao tratar do direito à igualdade e à não discriminação por razões de idade, a CIPDHPI trouxe um de seus maiores subsídios para o regime de proteção de direitos fundamentais: a singularização e o reconhecimento da pessoa idosa em suas múltiplas vulnerabilidades¹⁵. Este é o primeiro instrumento internacional de direitos humanos a entender, com esta abrangência, que a discriminação apresenta diversas facetas e, no caso da pessoa de mais idade, as políticas públicas estatais de combate à marginalização e promoção da igualdade somente serão eficazes se considerarem todo o espectro de segregações a que são vítimas estes indivíduos. Por esta razão, a discriminação etária terá contornos diversos quando

¹⁴Artigo 5º da CIPDHPI.

¹⁵O Artigo 5º da CIPDHPI proíbe a discriminação por idade na velhice e obriga os Estados-partes a desenvolverem “*enfoques específicos em suas políticas, planos e legislações sobre envelhecimento e velhice, com relação aos idosos em condição de vulnerabilidade e os que são vítimas de discriminação múltipla, incluindo as mulheres, as pessoas com deficiência, as pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero, as pessoas migrantes, as pessoas em situação de pobreza ou marginalização social, os afrodescendentes e as pessoas pertencentes a povos indígenas, as pessoas sem teto, as pessoas privadas de liberdade, as pessoas pertencentes a povos tradicionais, as pessoas pertencentes a grupos étnicos, raciais, nacionais, linguísticos, religiosos e rurais, entre outros.*”

associada ao gênero, à orientação sexual, à condição de encarcerado ou ao pertencimento a determinados grupos étnicos.

A discriminação etária que afasta a pessoa idosa do gozo integral de seus direitos (ou que a diferencia sem o propósito legítimo de promover a igualdade perante situações desiguais) encontra visibilidade, por exemplo, na imposição, pela lei brasileira, do regime da separação obrigatória de bens aos maiores de 70 anos que contraírem matrimônio. Da mesma forma, a revelação em pesquisa realizada com pessoas idosas, moradoras do bairro da Móoca em São Paulo, conclusiva da exclusão desta população do mercado de trabalho, deve ser questionada à luz do conceito de igualdade e do próprio direito ao trabalho, amplamente contemplado na convenção. Com a esperada ratificação da CIPDHPI, questões como estas, que já vinham sendo discutidas a partir do Estatuto do Idoso desde 2003, ampliam o horizonte de debate em torno de práticas discriminatórias, agora também contrárias à normativa internacional de direitos humanos.

Por sua vez, o direito à autonomia e à independência, previsto para garantir à pessoa idosa a possibilidade de conduzir sua vida da forma que melhor lhe aprouver, possui ramificações em diversas outras disposições do tratado, sobretudo naquelas relativas à capacidade jurídica e ao consentimento livre e informado no âmbito da saúde. Questões que são agora abordadas num instrumento especificamente direcionado à população idosa, já foram objeto de reflexão e aprimoramento quando da aprovação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e, posteriormente, em solo nacional, do estatuto respectivo. É, portanto, através da experiência vivenciada por outro grupo vulnerável que se irá analisar, sob o crivo dos direitos humanos, a amplitude que os conceitos de autonomia e independência positivados na CIPDHPI (e em muito semelhantes às legislações mencionadas) trarão ao ordenamento jurídico nacional.

Ainda no que se refere ao direito à autonomia, será examinado o seu alcance nos temas relacionados à tomada de decisões no contexto da saúde, com ênfase nos cuidados paliativos, a ortotanásia e o direito à morte digna. Estes desdobramentos do direito à liberdade e, mais especificamente, da dignidade na velhice, esbarram em lacunas legislativas que urgem ser supridas, seja pela própria adequação normativa doméstica, seja pela interpretação e aplicação das regras internacionais de direitos humanos.

Quanto à metodologia, a pesquisa valeu-se da análise dos tratados internacionais de direitos humanos, documentos firmados, ratificados ou em discussão nos sistemas universal e regional de proteção, teses e dissertações sobre o assunto, doutrina nacional e estrangeira,

projetos de lei em andamento no Legislativo brasileiro, além de algumas decisões das cortes internacionais de direitos humanos.

Especificamente sobre a CIPDHPI, o trabalho envolveu o levantamento de memorandos, relatórios e resoluções que antecederam a aprovação da convenção, em especial a documentação em arquivo do Ministério das Relações Exteriores, produzida durante a fase de negociação da convenção (entre 2011 e 2015) e disponível segundo critérios constantes da Lei de Acesso à Informação. O estudo deste material foi essencial para compreender o envolvimento e o grau de comprometimento do Brasil na construção do texto final aprovado na OEA, bem como esclarecer os motivos pelos quais alguns países ainda não aderiram à CIPDHPI.

CONCLUSÃO

A importância de um instrumento vinculante de proteção dos direitos humanos da pessoa idosa foi demonstrada, ao longo deste trabalho, pela análise criteriosa dos documentos, resoluções, declarações e publicações elaboradas e discutidas durante as últimas décadas nas instâncias internacionais, atentas ao fenômeno do envelhecimento mundial. Em comum, constatou-se que, tanto no sistema universal quanto no interamericano, os índices demográficos, que apontam para uma mudança já em curso sobre a expectativa de vida nos diversos países do globo, alertaram as respectivas organizações para a necessidade de implementação de medidas capazes de atender às especificidades desta população em franco crescimento.

Embora tenha sido na ONU que os principais debates e discussões em torno da perspectiva de direitos humanos sobre a velhice ganharam maior espaço, foi na sede da Organização dos Estados Americanos que se concretizou o paradigma do reconhecimento da pessoa idosa como sujeito de direitos (e não apenas objeto de proteção), bem como a obrigação estatal – agora também subordinada aos mecanismos de fiscalização e controle internacionais - no enfrentamento da discriminação etária.

A aprovação e entrada em vigor no âmbito interamericano da CIPDHPI é fruto desta nova concepção que expande, também para a última etapa da vida, os princípios e garantias já consagrados a determinados grupos individualmente protegidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

O protagonismo da delegação diplomática brasileira nas reuniões do Grupo de Trabalho, incumbido de redigir o texto da CIPDHPI na OEA, foi realçado ao longo de todo este estudo como demonstração do comprometimento assumido pelo Brasil com a questão da ampliação dos direitos garantidos à pessoa idosa e, igualmente, como subsídio para as necessárias adequações nas normas e políticas públicas internas, afetas à proteção desta parcela da sociedade.

Chega a ser inquietante, quando não contraditório, o fato de não ter o Brasil, até a presente data, finalizado o processo de ratificação da CIPDHPI. A lentidão com a qual o Legislativo Federal conduz a aprovação do texto convencional destoia dos esforços dispendidos pelo país durante a elaboração do tratado na OEA, entre os anos de 2011 a 2015, ao mesmo tempo que convida os representantes das organizações e instituições internas,

comprometidas com os direitos e garantias fundamentais da pessoa idosa, a persistirem na campanha pela aprovação da CIPDPHI no Congresso Nacional e subsequente ratificação pelo Presidente da República.

Dentre as inovações trazidas pela convenção, foi dada ênfase aos critérios proibitivos de discriminação que, quando interligados à idade avançada, sugerem um enfoque múltiplo na proteção da pessoa idosa e na promoção da igualdade. Não basta, a partir de agora, pensar em medidas de inclusão aplicadas à população idosa sem uma atenção específica aos diversos grupos que compõem este contingente. A mulher idosa, o idoso encarcerado, pobre, refugiado, negro ou com deficiência, demandam cuidados e considerações particularizadas, sem os quais qualquer ação que pretenda combater a marginalização e a segregação não alcançará o devido êxito.

Numa visão expandida do conceito de pessoa idosa, que tem como fundamento a heterogeneidade, a CIPDPHI chancela as diversas realidades do envelhecimento na região, abrindo a possibilidade aos Estados-partes de estabelecerem novos marcos etários delimitadores desta fase da vida, inclusive para abaixo dos 60 anos de idade. Aquilo que parece ser um mero pormenor (a fixação cronológica do início da velhice e a sua flexibilização para idades inferiores) é reconhecido neste estudo como mais um instrumento de proteção contra retrocessos em direitos já garantidos. No Brasil, a situação de contínua vulnerabilidade da pessoa idosa de baixa renda requer o amparo da CIPDPHI para impedir, sob o propagado argumento de que nos tornamos um país mais longo, medidas legislativas objetivando a exclusão de indivíduos entre 60 e 65 anos do campo de proteção integral, garantida pelas normas em vigor no país. A tendência, cada vez mais evidente, de restringir a atuação estatal na realização de ações afirmativas de promoção da igualdade atinge especialmente a camada envelhecida e pobre da sociedade brasileira, a qual, independentemente das estatísticas de aumento dos anos vividos, continuará sendo privada – desde os seus 60 anos de idade e até antes - de uma vida digna. Como já disse Simone de Beauvoir, a idade em que começa a decadência senil sempre dependeu da classe à qual se pertence.

De outro lado, a possibilidade de fixação de outros critérios definidores da velhice, inclusive para além do marco etário-cronológico, hoje predominante, abriu espaço para se (re)discutir, diante das múltiplas velhices reconhecidas pela CIPDPHI, o conceito de pessoa idosa a partir da intersecção, por exemplo, com a deficiência e a condição de encarcerado. Ao constatar que indivíduos em condições diversas de vulnerabilidade (social, econômica,

cultural, biológica) envelhecem precocemente, incluí-los na acepção de idoso é ampliar o campo de aplicação de medidas protetoras para quem delas efetivamente necessita.

No tocante aos direitos previstos, não é exagero afirmar que a CIPDHPI é hoje o instrumento mais avançado no mundo relativamente à proteção dos direitos humanos das pessoas idosas. Aos Estados-partes caberá o desafio de vencer as dificuldades internas para a realização do extenso rol de obrigações programáticas, em especial, aquelas relacionadas à saúde, ao trabalho, moradia, meio ambiente, seguridade social, educação, acessibilidade e acesso à justiça.

E para o exercício destes direitos, a CIPDHPI faz sobressair aquelas qualidades que são, ao mesmo tempo, instrumento de protagonismo da pessoa idosa e um direito humano protegido: a independência e a autonomia.

O direito à independência e à autonomia, consubstanciado na plena e ampla capacidade jurídica da pessoa idosa em tomar decisões de forma livre e segundo suas próprias convicções, foi especialmente destacado na área da saúde, onde frequentemente são constatadas violações à liberdade de decisão e ao consentimento livre e informado. Neste sentido, a CIPDHPI é vanguardista em prever, pela primeira vez em um tratado de direitos humanos, o conceito de cuidados paliativos como um direito a ser assegurado ao paciente idoso que, avesso aos métodos obsessivos de tratamento para doenças diagnosticadas sem cura, deve poder optar livremente por mecanismos de alívio e controle da dor (física, psicológica e espiritual) para, juntamente com sua família e demais entes queridos, gozar de dignidade também ao fim da vida.

A ideia apresentada pela convenção de que a morte é um processo natural abre caminho à necessária discussão sobre o direito à morte digna, ainda muito censurado em território nacional. Se o Brasil vier a ratificar a convenção, terá sido dado o passo indispensável para a consolidação da ortotanásia como conceito a ser aplicado na área da saúde, reafirmando que direito à vida digna se estende ao processo de finitude da existência humana.

No campo da efetivação das normas estabelecidas na convenção, a CIPDHPI representou um avanço no mecanismo de monitoramento das obrigações contidas no tratado, com a previsão de um sistema duplo de acompanhamento, composto, de um lado, por um órgão representativo dos Estados-partes e, de outro, por um Comitê de Peritos a ser integrado por especialistas no tema do envelhecimento. É, entretanto, no âmbito dos meios de proteção que a principal contribuição da CIPDHPI se fez presente, pois estabeleceu, como até então

não havia sido feito em nenhum instrumento vinculante de direitos humanos, o sistema de peticionamento individual para todos os direitos ali consagrados. Significa dizer que, uma vez obrigado ao tratado, o Estado-membro poderá ser instado a cumprir quaisquer direitos previstos na CIPDHPI, mediante a iniciativa direta de indivíduos ou grupo de indivíduos às instâncias interamericanas de proteção. A medida é exemplo da ampliação do acesso à justiça internacional, e é essencial para a concretização dos objetivos da convenção e da própria responsabilização dos países signatários na realização dos direitos humanos.

Procurou-se demonstrar, por fim, que o fato de o Brasil não ter concluído, até a presente data, o processo de ratificação da CIPDHPI e, portanto, não estar formalmente obrigado às suas determinações, não o exime, neste ínterim, de atuar de maneira a não frustrar os objetivos da convenção já assinada, conforme determina o princípio da boa-fé previsto na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados e reconhecido pelo costume internacional. O efeito prático disto é que a CIPDHPI, ainda em fase de internalização, já erradia efeitos na ordem jurídica nacional, ao menos para impedir que ações internas contrariem o espírito e o escopo protetor da norma internacional em vias de aprovação congressional.

Não poderia deixar de finalizar este trabalho sem expor uma inquietação, quiçá um alerta. Talvez a CIPDHPI, com os conceitos inovadores aqui abordados e os tantos outros que não puderam ser tratados neste estudo, seja de fato um dos instrumentos que mais se aproximaram (ao menos pelo seu conteúdo) daquilo que David Sánchez Rubio chamou de visão encantadora dos direitos humanos. Não é, todavia, suficiente para a construção de uma cultura de direitos humanos emancipacionista e capaz de conter os excessos de poder que impedem os seres humanos – aqui refletidos na pessoa idosa – de se constituírem como sujeitos.

A institucionalização de um documento jurídico atento às múltiplas realidades do envelhecimento, o reconhecimento convencional de que a idade avançada não é empecilho para o exercício de direitos, a positivação de medidas pós-violadoras de enfrentamento ao etarismo, a ampliação, enfim, do campo de proteção desta que ainda é a parcela da população vista como um peso para as sociedades ocidentais, não substituem a necessidade de recuperar outras dimensões de luta interculturais pela emancipação social e consolidação de espaços de liberdade e dignidade humana.

Estes espaços são aqueles ocupados pelos movimentos sociais, representativos das diversas culturas, grupos e demandas, e que procuram, fora dos processos paliativos e universalizados do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o controle sobre os seus entornos e a sensibilização da própria sociedade para outras narrativas de dignidade

humana³²⁴. Sem negar a importância dos sistemas formais de garantias dos direitos fundamentais, fato é que para fazer efetivos os direitos humanos há de se pensá-los também na sua dimensão pré-violadora, *“a partir de onde se constroem-destroem e se articulam-desarticulam, porque na realidade, somos nós, os seres humanos, do lugar que ocupamos no mundo e da maneira como nos movimentamos, que, utilizando a via jurídica, participamos dos processos de construção ou destruição dos direitos humanos, sejamos ou não sejamos juristas”*.³²⁵

³²⁴SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena (Orgs.). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 24.

³²⁵SÁNCHEZ RUBIO, David. *Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações*, *cit.*, p. 130.

REFERÊNCIAS

AFRICAN UNION. *Protocol to the African Charter on Human and Peoples' Rights on the Rights of Older Persons*. Disponível em: <https://au.int/en/treaties/protocol-african-charter-human-and-peoples-rights-rights-older-persons>.

ALCÂNTARA, Adriana. Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ALEGRETTI, Laís; CANCIAN, Natália. Conceito de idoso ficou velho, afirma pesquisadora do Ipea. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2018/06/conceito-de-idoso-ficou-velho-diz-pesquisadora-do-ipea.shtml>.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. *A proteção da pessoa humana no direito internacional: conflitos armados, refugiados e discriminação racial*. São Paulo: Editora CLA Cultural, 2018.

ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE CUIDADOS PALIATIVOS (EAP). Palliative Care - a Human Rights. *Carta de Praga*. Disponível em: <https://www.ghc.com.br/files/CARTA%20DE%20PRAGA%20SOBRE%20CUIDADOS%20PALIATIVOS.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

BALERA, Wagner; SILVEIRA, Vladimir Oliveira da (Coords.). *Comentários ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais*. Curitiba. Clássica, 2013. Disponível em: <http://www.editoraclassica.com.br/novo/ebooksconteudo/MIOLO-Comentarios-ao-Pacto.pdf>.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*. Tradução Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOFF, Leonardo. *O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. *Mensagem nº 412, de 2017*. Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1626661&filena me=Parecer-CREDN-23-11-2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emenda na Comissão - EMC 1/2019 CCJC => PL 11091/2018*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2217864>
Acesso em: 21 out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *EMI nº 00248/17 MRE MF MDH*. Mensagem nº 412. Brasília-DF, 09 de outubro de 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1617507&filename=Tramitacao-MSD+412/2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PDC 863/2017*. Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015. Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2164910&ord=1>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Decreto Legislativo nº 863-B, de 2017* (Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional). Mensagem nº 412/2017. Aviso nº 481/2017. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, dezembro de 2018. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020181201001990000.PDF#page=113>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei - PL 108/2007*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340507>
Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei - PL 3561/97, que aprovou o Estatuto do Idoso*. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1999.pdf#page=179>
Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 1118/2011*. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1420973&filename=PRL+2+CSSF+%3D%3E+PL+1118/2011. Acesso em: 06 set. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 401, de 2019*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135095>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº, de 2011*. Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer que a pessoa com deficiência seja considerada idosa com idade igual ou superior a quarenta e cinco anos. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B04B8253FFFCB42D384B602236FC9C5.proposicoesWebExterno1?codteor=861393&filename=Tramitacao-PL+1118/2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição - PEC 6/2019*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de Novembro de 2019*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm.

BRASIL. *Lei nº 13.646, de 9 de abril de 2018*. Institui o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13646.htm.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Atualização -Junho de 2017. Consultor: Marcos Vinícius Moura Silva. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2018*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 75 anos a idade para a obtenção da atenuante genérica prevista na parte final do inciso I do art. 65. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133678>.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124251>. Acesso em: 21 out. 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado nº 778, de 2015*. Altera a idade mínima de 70 para 75 anos de idade para fruição dos benefícios previstos no Código Penal pelos idosos. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124408>.

BRASIL: Rejeite Projeto de Lei que Compromete o Direito das Pessoas com Deficiência; Crie Comissão Legislativa Especial, Plural e Multissetorial. *Carta à Senadora Lídice da Mata* [Relatora do Projeto de Lei do Senado nº 757/2015 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal]. Human Rights Watch, 20 dez. 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2016/12/20/298364>. Acesso em: 21 out. 2019.

CACHIONI, Meire; TODARO, Mônica de Ávila. Política Nacional do Idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Orgs.). *Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 253-292. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_16_Cap_08.pdf.

CHARME, Joni S. The interim obligation of article 18 of the Vienna Convention on the Law of Treaties: making sense of an enigma. *Geo. Wash. J. Int'l L. & Econ.* v. 25, p. 71-114, 1991.

COLLUS, Denise Orlandi; TÓTORA, Silvana. Envelhecer longe de casa: aspectos culturais e sociais dos refugiados na cidade de São Paulo. *Revista Sesc Mais60 - Estudos sobre o Envelhecimento*, v. 20, n. 68, p. 62-81, set. 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 8. ed. São Paulo: Saravia, 2013.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Lagos del Campo vs. Perú*. Sentencia de 31 de agosto de 2017. (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas). Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_340_esp.pdf.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Muelle Flores vs. Perú*. Sentencia de 06 de marzo de 2019 (Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_375_esp.pdf.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Poblete Vilches y Otros vs. Chile*. Sentencia de 8 marzo de 2018 (Fondo, Reparaciones y Costas. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_349_esp.pdf.

COTLEAR, Daniel (Ed.). *Envejecimiento de la población: ¿está preparada América Latina?* Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/332001468045576033/pdf/588420SPANISH00ol0Ediciones0Spanish.pdf>.

DABOVE, María I. *Derechos humanos de las personas mayores*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Astrea, 2015.

DALLARI, Pedro B. A. *Constituição e tratados internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2003.

DEATON, Dayron; ADAY, Ronald H., WAHIDIN, Azrini. The effect of health and penal harm on aging female prisoners' views of dying in prison. *Omega*, v. 60, n. 1, p. 51-70, 2009-2010.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *SIC – Serviço de Informação ao Cidadão*. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5517>.

DORON, Israel. International rights of older persons: ageism, justice, and social policy. *Bifocal, A Journal of the Commission on Law and Aging*, v. 35, n. 2, p. 52-55, Nov./Dec. 2013. Disponível em: <https://www.americanbar.org/content/dam/aba/publications/bifocal/BIFOCALNovember-December2013.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

EM 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. *Agência IBGE Notícias*, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

EUROPEAN UNION. *European Charter of the rights and responsibilities of older people in need of long-term care and assistance*. June 2010. Disponível em: https://www.age-platform.eu/sites/default/files/22204_AGE_charte_europeenne_EN_v4.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

FRANCE. *Loi n° 2007-308 du 5 mars 2007 portant réforme de la protection juridique des majeurs* (1). Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000430707&categorieLien=id>.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: Julio Assis Simões. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229>.

GARRIDO VILLAREAL, Mariateresa. The grey digital and the right to be forgotten: an inter-american approach. *Asia Pacific Journal of Health Law & Ethics*, v. 11, n. 1, p. 83-103, Nov. 2017.

GHIGGI, Marina Portella. Envelhecimento e cárcere: vulnerabilidade etária e políticas públicas. *Revista Mais60 – Estudos sobre Envelhecimento*, v. 29, n. 71, p. 8-29, 2018. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Mais-60_n.71.pdf.

GODINHO, Adriano Marteleto. Ortotanásia e cuidados paliativos: o correto exercício da prática médica no fim da vida. In: GODINHO, Adriano Marteleto; LEITE, George Salomão; DADALTO, Luciana Dadalto (Coords.). *Tratado brasileiro sobre o direito fundamental à morte digna*. São Paulo: Almedina, 2017.

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do “preconceito etário” no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 111, p. 411-434, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a07.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

GRAEFF, Bibiana. Avanços socioambientais da Convenção Interamericana de Direitos Humanos da Pessoa Idosa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL. DIREITO E SUSTENTABILIDADE NA ERA DO ANTROPOCENO: RETROCESSO AMBIENTAL, BALANÇO E PERSPECTIVAS., 22. (2017, São Paulo-SP). Orgs. Antonio Herman Benjamin e José Rubens Morato Leite. Conferencistas e Teses profissionais. *Anais...* São Paulo: Instituto o Direito por um Planeta Verde, 2017. v. 1, p. 63-85. Disponível em: http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20170918100103_4792.pdf.

GRAEFF, Bibiana; BESTETTI, Maria Luisa; DOMINGUES, Marisa; CACHIONI, Meire. Lifelong learning: perceptions collected through the ‘age-friendly cities’ method in the neighborhood of Mooca, São Paulo (Brazil). *Zeitschrift für Weiterbildungsforschung (ZfW)*, v. 42, n. 1, p. 41-68, Apr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40955-018-0124-6>. Acesso em: 08 out. 2019.

GRAEFF, Bibiana; REBOURG, Muriel. Les innovations en matière de protection juridique des majeurs au Brésil. In: RAOUL-CORMEIL, Gilles; CARON-DÉGLISE, Anne. *La vie privée de la personne protégée*. Paris: Éditions Mare & Martin, 2019. p. 191-203.

GUIA Global: Cidade amiga do idoso. Organização Mundial da Saúde, 2008. Disponível em: <https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>.

HUMAN Rights Watch. *Old behind bars: the aging prison population in the United States*. Jan. 2012. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/usprisons0112webwcover_0.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *PNAD 2012: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2969.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Reports of Judgments, Advisory Opinions and Orders. North Sea Continental Shelf Cases (Federal Republic of Germany/Denmark; Federal Republic of Germany /Netherlands). Judgment of 20 February 1969. *Affaires du Plateau Continental de la Mer du Nord (République Fédérale D'Allemagne/Danemark; République Fédérale D'Allemagne/Pays-Bas)*. Arrêt du 20 février 1969. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/51/051-19690220-JUD-01-00-EN.pdf>.

IVIC, Sanja. O direito dos idosos na União Europeia. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 185-205, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a08v56n1.pdf>.

JESUS, Damásio Evangelista de. Conceito de idoso na legislação penal brasileira. *Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 4, n. 25, p. 5-8, abr./maio, 2004.

JOAS, Hans. A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

JOSÉ, Caio Jesus Granduque. *A construção existencial dos direitos humanos*. Curitiba: CRV, 2012.

KLABBERS, Jan. How to defeat a treaty's object and purpose pending entry into force: toward manifest intent. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, v. 34, p. 283-330, 2001.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LIMA, Fábio Bonini Simões de. O novo estatuto do idoso nasceu velho. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 12, n. 144, 2004.

LONG, Toby; KAVARIAN, Sarkis. Aging with developmental disabilities: an overview. *Topics in Geriatric Rehabilitation*, v. 24, n. 1, p. 2-11, Jan./Mar. 2008.

MARTY, Diego Viola. O Estatuto do Idoso, o Código Penal Brasileiro e o princípio constitucional da igualdade: qual o 'conceito de idoso' para fins penais? *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, n. 153, ago. 2005.

MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. *O poder de celebrar tratados: competência dos poderes constituídos para a celebração de tratados, à luz do Direito Internacional, do Direito Comparado e do Direito Constitucional brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

MENDES, Gilmar Ferreira; MUDROVITSCH, Rodrigo de Bitencourt. O tempo e a obrigatoriedade constitucional de atualização da legislação infraconstitucional que protege o idoso. In: LEITE, George Salomão, MENDES, Gilmar Ferreira (Coords.). *Manual dos direitos da pessoa idosa*. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Pensar*, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 568-599, maio/ago. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. Importância da política nacional do idoso no enfrentamento da violência. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: www.justica.gov.br.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de setembro de 2003*. Instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/sistemaprisional/leis/2003Portaria1777.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014*. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html.

MÓDULOS de Valoración Clínica. Módulo 9: Asuntos Éticos en la Atención al Adulto Mayor. Organización Panamericana de la Salud. Oficina Regional de la Organización Mundial de la Salud. Washington, D.C. 2001. Disponível em: <http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/gericuba/modulo9.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

MULHERES em Prisão: desafios e possibilidade para reduzir a prisão provisória de mulheres. Elaborado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC, 2017. Disponível em: <http://ittc.org.br/mulheresemprisao> Acesso em: 01 nov. 2017.

NACIONES UNIDAS. Asamblea General. *A/RES/65/182*. 4 de febrero de 2011. Resolución aprobada por la Asamblea General el 21 de diciembre de 2010. [sobre la base del informe de la Tercera Comisión (A/65/448)]. Seguimiento de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento. Disponível em: <http://undocs.org/es/A/RES/65/182>. Acesso em: 29 jan. 2019.

NACIONES UNIDAS. Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. 42º período de sesiones. Ginebra, 4 a 22 de mayo de 2009. *E/C.12/GC/20*. 2 de julio de 2009. Observación General nº 20. La no discriminación y los derechos económicos, sociales y culturales (artículo 2, párrafo 2 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales). Disponível em: <https://undocs.org/es/E/C.12/GC/20>. Acesso em: 27 ago. 2019.

NACIONES UNIDAS. Comité para la Eliminación de la Discriminación Contra la Mujer. Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Contra la Mujer. *Recomendación general nº 27 sobre las mujeres de edad y la protección de sus derechos humanos*. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2012/8335.pdf>.

NACIONES UNIDAS. Grupo de Trabajo de Composición Abierta sobre el Envejecimiento. Décimo período de sesiones de trabajo. Nueva York, 15 a 18 de abril de 2019. *A/AC.278/2019/2*. 20 de mayo de 2019. Informe del Grupo de Trabajo de Composición Abierta sobre el Envejecimiento relativo a su décimo período de sesiones de trabajo. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/AC.278/2019/2>. Acesso em: 20 jun. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CIDPD*. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/convencao_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento*. (1982). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/epsico/publicas/humanizacao/prologo.html>. Acesso em: 10 jul. e 01 nov. 2018; 19 jun. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas*. Adotados pela Resolução 46/91 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1991. <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/princ-pessoasidosas.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *Carta de São José sobre os Direitos dos Idosos de América Latina e Caribe*. Adotada na terceira Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e Caribe. San José de Costa Rica, 8 a 11 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/cartasanjose-portugues2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de Brasília*. Segunda Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e no Caribe: uma sociedade para todas as idades e de proteção social baseada em direitos. Brasília-DF, 4-6 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_informes/11.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. *Proclamation on Ageing*, G.A. res. 47/5, 47 U.N. GAOR Supp. (No. 49) at 13, U.N. Doc. A/47/49 (1992). 42nd plenary meeting 16 October 1992. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/resolutions/47/5GA1992.html>. Acesso em: 01 nov. 2018.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de S. Paulo publicados entre 1995 e 2002. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; NERI, Anita Liberalesso; Cachioni, Meire (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2015.

NOTARI, Maria Helena; FRAGASO, Maria Helena Japiassu Marinho de Macedo. A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2603, 17 ago. 2010. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/17206/a-insercao-do-brasil-na-politica-internacional-de-direitos-humanos-da-pessoa-idosa>. Acesso em: 28 maio 2017.

A ONU e as pessoas idosas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Assembleia Geral. *Documentos de Quadragésimo Quinto Período Ordinário de Sessões - Assembleia Geral*. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/pr/AG/AG45ordinario.asp>. Acesso em: 21 out. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. *AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08)*. Derechos Humanos, Orientación Sexual e Identidad de Género (Aprobada en la cuarta sesión plenaria, celebrada el 3 de junio de 2008). Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/AG-RES_2435_XXXVIII-O-08.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM-37/12*. 30 abril 2012. Proyecto de Convención Interamericana Sobre los Derechos Humanos de las Personas Mayores. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=37&lang=s>. Acesso em: 19 jun. e 11 out. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM/INF-4/12*. 28 marzo 2012. Presentación de la Sra. Juana Sotomayor, especialista de la oficina del Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Derechos Humanos (Sesión regular del CAJP/GT/DHPM celebrada el 22 de febrero de 2012). Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM/INF&classNum=4&lang=t>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM 30/12 rev. 6 corr. 1*. 17 abril 2012. Borrador del Proyecto de Convención Interamericana sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=30&lang=s>. Acesso em: 11 out. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM 114/13*. 18 noviembre 2013. Perspectiva de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de Estados Americanos (OEA)" con respecto al Proyecto de Convención Interamericana sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores (Presentado en la sesión del 8 de noviembre de 2013, en respuesta a la solicitud realizada por el Presidente de la CAJP). Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=114&lang=s>. Acesso em: 11 out. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM/INF-26/14*. 21 abril 2014. La inclusión de cuidados paliativos en el Proyecto de Convención sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. Análisis y recomendaciones. Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM/INF&classNum=26&lang=t>. Acesso em: 21 out. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *Extractos del módulo 9 del manual de atención primaria para la atención de las personas adultas mayores de la Organización Panamericana de Salud (OPS)*. *CAJP/GT/DHPM-73/13*. 8 febrero 2013. Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=73&lang=s>. Acesso em: 28 out. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM/INF 8/12*. Presentación del señor Javier Vázquez, Asesor Regional en Derechos Humanos, Organización Panamericana de la Salud (OPS). (Sesión regular del CAJP/GT/DHPM celebrada el 22 de febrero de 2012). Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM/INF&classNum=8&lang=t>.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM-28/12*. 29 febrero 2012. Insumos presentados por la delegación de Brasil para la elaboración del proyecto de Convención Interamericana para la Promoción y Protección de los Derechos de las Personas Mayores (Presentados durante la reunión del Grupo de Trabajo celebrada el 22 de febrero de 2012). Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=28&lang=s>. Acesso em: 19 jun. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM-6/11 rev. 1*. 25 octubre 2011. Documento Base para el Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. Resumen de Conclusiones de la Sesión Especial del Consejo Permanente del 28 de octubre de 2010. Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=6&lang=s>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos. Informe sobre la Situación de las Personas Mayores en el Hemisferio y la Efectividad de los Instrumentos Universales y Regionales Vinculantes de Derechos Humanos con Relación a la Protección de los Derechos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM-14/11 rev. 1*. 5 diciembre 2011. Remarks of the Delegation of Brazil at the Meeting of the Working Group Held on November 4, 2011. Disponible em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=10&lang=e>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *El Acceso a la justicia como garantía de los derechos económicos, sociales y culturales: estudio de los estándares fijados por el sistema interamericano de derechos humanos = Access to justice as a guarantee of economic, social and cultural rights: a review of the standards adopted by the Inter-American system of human rights*. (OEA Documentos Oficiales. OEA/Ser.L/V/II). Disponible em: <http://www.cidh.org/pdf%20files/ACCESO%20A%20LA%20JUSTICIA%20DESC.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Consejo Permanente de la OEA. *Aportes preliminares para la discusión de una Convención Interamericana para la Promoción y Protección de los Derechos de las Personas Mayores*. Sesión del Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores de la Organización de Estados Americanos, 22 de febrero de 2012, Washington, USA. Disponible em: <http://scm.oas.org/pdfs/2012/CP28295T.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. *Convención Interamericana Sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores (A-70)*. Adoptado en: Washington, D.C., Estados Unidos. Disponible em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-70_derechos_humanos_personas_mayores_firmas.asp. Acesso em: 10 jul. 2018, 21 out. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. *Convención Interamericana Sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores (A-70)*. Chile. Disponible em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-70_derechos_humanos_personas_mayores_firmas.asp#Chile.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Grupo de Trabajo sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores. *CAJP/GT/DHPM-10/11*. 8 noviembre 2011. Palabras de la Delegación de Brasil Durante la Reunión del Grupo de Trabajo Celebrada el 4 de noviembre de 2011. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=10&lang=s>.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. *Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores* (Aprobada en la cuarta sesión plenaria, celebrada el 7 de junio de 2011). AG/RES. 2654 (XLI-O/11). Disponível em: https://www.oas.org/es/sedi/ddse/paginas/documentos/adulto/AG%20RES.%202654%20_XLI-O%2011_%20Proteccion%20de%20los%20Derechos%20Humanos%20de%20las%20Personas%20Mayores.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Secretaria Ejecutiva para el Desarrollo Integral (SEDI). *Reglamento y Normas de Procedimiento*. Grupo de Trabajo para el análisis de los informes nacionales previstos en el Protocolo de San Salvador en cumplimiento del mandato previsto en la Resolución AG/RES 2074 (XXXV-O/05). 9 abril 2013. Disponível em: <http://scm.oas.org/pdfs/2013/CP30685reglamentoS.pdf>.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SAÚDE – OMS. *Constitución*. Disponível em: <https://www.who.int/es/about/who-we-are/constitution>.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SAÚDE – OMS. *Cuidados paliativos*. 19 de febrero de 2018. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care>.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES – OAS. Permanent Council. *CAJP/GT/DHPM/INF-19/13*. 16 August 2013. Comments of the Secretariat for Legal Affairs on the Draft Inter-American Convention on the Human Rights of Older Persons. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM/INF&classNum=19&lang=e>.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES - OAS. Working Group on Protection of the Human Rights of Older Persons. *CAJP/GT/DHPM-14/11 rev. 1*. 5 December 2011. Report on the Situation of Older Persons in the Hemisphere and the Effectiveness Of Binding Universal and Regional Human Rights Instruments With Regard to Protection of the Human Rights of Older Persons. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=14&lang=e>.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES – OAS. Working Group on Protection of the Human Rights of Older Persons. *CAJP/GT/DHPM/INF.11/12 rev. 1*. 31 August 2012. Preliminary Proposed Methodology for Meetings to Negotiate the Draft Inter-American Convention on the Human Rights of Older Persons. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM/INF&classNum=11&lang=e>. Acesso em: 19 jun. 2019.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES – OAS. Working Group on Protection of the Human Rights of Older Persons. *CAJP/GT/DHPM-10/11*. 8 November 2011. Remarks of the Delegation of Brazil at the Meeting of the Working Group Held on November 4, 2011. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=10&lang=e>.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES – OAS. Working Group on Protection of the Human Rights of Older Persons. *CAJP/GT/DHPM-37/12 add. 27*. 4 April 2014. Articles Considered During the Meeting Held on April 1 and 2, 2014. Disponível em: <http://scm.oas.org/IDMS/Redirectpage.aspx?class=CAJP/GT/DHPM&classNum=37&addendum=27&lang=e>. Acesso em: 19 jun. 2019.

PALLIATIVE care and standards on the rights of older people. Recommendations for new legal instruments. Disponível em: <https://social.un.org/ageing-working-group/documents/PalliativeCareandStandardsOntheRightsofOlderPersons.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

PAULA, Roberto Dantes Schuman de. O estatuto do idoso em benefício do réu. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, n. 16, p. 69-73, 2006.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PIOVESAN, Flávia; DIAS, Roberto. Proteção jurídica da pessoa humana e o direito à morte digna. In: GODINHO, Adriano Marteleto; LEITE, George Salomão; DADALTO, Luciana Dadalto (Coords.). *Tratado brasileiro sobre o direito fundamental à morte digna*. São Paulo: Almedina, 2017.

PLANO de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002. Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. Brasília-DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Este Plano foi o resultado da II Assembleia Mundial do Envelhecimento realizada de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri, promovida pela ONU. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

PODER JUDICIÁRIO. Seção Judiciária do Distrito Federal. *Processo nº: 2007.34.00.014809-3*. 14ª Vara Federal – DF. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-resolucao-cfm-180596.pdf>.

PODER JUDICIÁRIO. Seção Judiciária do Estado de Goiás. *Ação Civil Pública nº 1039-86.2013.4.01.3500/Classe: 7100*. Primeira Vara. Disponível em: <https://testamentovital.com.br/wp-content/uploads/2018/05/senten%C3%A7a-ACP-testamento-vital.pdf>.

POR QUÊ Alyne. Disponível em: <https://alyne.org.br/por-que-alyne/>.

PORTO ALEGRE (Município). Prefeitura de Porto Alegre. *Sistema Integrado de Referência Legislativa (SIREL)*. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

RAMOS, André de Carvalho. *Processo internacional de direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 11-37, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00011.pdf>.

ROCHA JÚNIOR, Paulo Sérgio Duarte da. Idoso-vítima e idoso-agente: legitimidade da distinção. *Boletim dos Procuradores da República*, Rio de Janeiro, n. 69, p. 16-19, 2006.

SÁNCHEZ RUBIO, David. *Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena (Orgs.). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SÃO PAULO (Cidade). Direitos Humanos e Cidadania. Legislação. *Conheça as leis direcionadas à população idosa*. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/idosos/legislacao/index.php?p=151355.

SARMENTO, Daniel. *Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>.

SEATZU, Francesco. Sulla Convenzione dell'Organizzazione degli Stati Americani sui Diritti delle Persone Anziane. *Anuario Espanol de Derecho Internacional*, v. 31, p. 349-366, 2015. Disponível em: <https://dadun.unav.edu/bitstream/10171/42264/1/04.pdf>.

SEATZU, Francesco; FANNI, Simona. The right to palliative care: a mirage in the jurisprudence of the ECTHR and IACTHR. *Cuadernos de Derecho Transnacional*, v. 8, n. 1, p. 5-6, mar. 2016.

SILVA, Alexandre Pereira da. O “novo” direito dos tratados e as “velhas” questões não respondidas. *Revista da ESMape*, Recife, v. 15, n. 32, p. 17-37, jul./dez. 2010.

SILVA, Anna Cruz de Araújo Pereira da. O papel da ONU na elaboração de uma cultura gerontológica. *A Terceira Idade*, São Paulo, v. 18, n. 39, p. 31-41, jun. 2007. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/b0c5533b-4965-4a18-80ff-cd5d5fc512ba.pdf.

SILVA, Anna Cruz de Araujo Pereira da. *Vulnerabilidade humana e envelhecimento: o que temos a ver com isso*. 1. ed. São Paulo: Portal Edições: Envelhecimento, 2015.

SILVEIRA, Valdir João, Pe. Idosos atrás das grades. *Portal do Envelhecimento*. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/pforum/vmm5.htm>. Acesso em: 28 set. 2017.

SIMÃO, José Fernando. Estatuto da Pessoa com Deficiência causa perplexidade (Parte 2). *Consultor Jurídico*, 07 ago. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-07/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-mudancas>. Acesso em: 22 out. 2019.

UNIÃO AFRICANA - UA. Estados-Membros da União Africana. *Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Pessoas com Deficiência em África*. Disponível em: http://www.chr.up.ac.za/images/researchunits/dru/news/files/2017_protocol_on_the_rights_of_persons_with_disabilities_pt.PDF. Acesso em: 19 jun. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000/C 364/01). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 18.12.2000. Disponível em: <https://www.cnpd.pt/bin/legis/internacional/CARTAFUNDAMENTAL.pdf>.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho da Europa. *Carta Social Europeia*. Adoptada em Estrasburgo, a 3 de Maio de 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/7.htm>.

UNITED NATIONS. *A/AC.278/2011/4*. Report of the Open-ended Working Group on Ageing. New York, 18-21 April 2011. Disponível em: <https://undocs.org/A/AC.278/2011/4>.

UNITED NATIONS. *A/AC.278/2011/5*. Report of the Open-ended Working Group on Ageing. New York, New York, 1-4 August 2011. Disponível em: <https://undocs.org/A/AC.278/2011/5>.

UNITED NATIONS. *A/AC.278/2012/1*. Report of the Open-ended Working Group on Ageing. New York, 21-24 August 2012. Disponível em: <https://undocs.org/A/AC.278/2012/1>.

UNITED NATIONS. *A/AC.278/2014/2*. 15 August 2014. Report of the Open-ended Working Group on Ageing. Disponível em: <https://undocs.org/A/AC.278/2014/2>.

UNITED NATIONS. *A/RES/48/134*. 85th plenary meeting 20 December 1993. 48/134. National institutions for the promotion and protection of human rights. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r134.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

UNITED NATIONS. *A/RES/67/139*. 13 February 2013. Resolution adopted by the General Assembly on 20 December 2012. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/67/139>.

UNITED NATIONS. Annex IV. General Comment No. 6 (1995). *The economic, social and cultural rights of older persons*. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CESCR/Shared%20Documents/1_Global/INT_CESCR_GEC_6429_E.pdf.

UNITED NATIONS. Chapter IV. Human Rights. *3. a Optional Protocol to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. New York, 10 December 2008. Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-3-a&chapter=4&clang=_en. Acesso em: 12 set. 2019.

UNITED NATIONS. Chapter IV. Human Rights. *5. Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights*. New York, 16 December 1966. Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-5&chapter=4&clang=_en. Acesso em: 12 set. 2019.

UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR). *E/C.12/2000/4*. General Comment No. 14: The Right to the Highest Attainable Standard of Health (Art. 12 of the Covenant), 11 August 2000. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4538838d0.html>. Acesso em: 05 nov. 2019.

UNITED NATIONS. Committee on the Rights of Persons with Disabilities. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. *Communication n. 3/2011*. Views adopted by the Committee at its 7th session, 16 to 27 April 2012. Disponível em: <https://undocs.org/en/CRPD/C/7/D/3/2011>.

UNITED NATIONS. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. *General recommendation n. 28 on the core obligations of States parties under article 2 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*. CEDAW/C/GC/28. 6 December 2010. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CEDAW/C/GC/28&Lang=en. Acesso em: 27 ago. 2019.

UNITED NATIONS. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. *CRPD/C/TUN/CO/1*. 13 May 2011. Consideration of reports submitted by States parties under article 35 of the Convention. Committee on the Rights of Persons with Disabilities, Fifth session. 11-15 April 2011. Disponível em: <https://undocs.org/CRPD/C/TUN/CO/1>. Acesso em: 10 out. 2019.

UNITED NATIONS. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. *CRPD/C/PER/CO/1*. 16 May 2012. Consideration of reports submitted by States parties under article 35 of the Convention. Committee on the Rights of Persons with Disabilities, Seventh session 16-20 April 2012. Disponível em: <https://undocs.org/en/CRPD/C/PER/CO/1>. Acesso em: 10 out. 2019.

UNITED NATIONS. *E/C.12/GC/20*. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2fC.12%2fGC%2f20&Lang=en.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. *E/2012/51*. 20 April 2012. Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Disponível em: <https://undocs.org/E/2012/51>.

UNITED NATIONS. Fourth Working Session. *Member States' Statements*. Disponível em: <https://social.un.org/ageing-working-group/govstatementfourth.shtml>.

UNITED NATIONS. Open-ended Working Group on Ageing for the purpose of strengthening the protection of the human rights of older persons. *Open-ended Working Group on Ageing*. 8th session, 5-7 July 2017. Disponível em: <https://social.un.org/ageing-working-group/eighthsession-inputnhris.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2019.

UNITED NATIONS. Open-ended Working Group on Ageing for the purpose of strengthening the protection of the human rights of older persons. *Second Working Session*. Member States' Statements. Disponível em: <https://social.un.org/ageing-working-group/govstatementsec.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2019.

UNITED NATIONS. Open-ended Working Group on Ageing for the purpose of strengthening the protection of the human rights of older persons. *Third Working Session*. United Nations Headquarters, New York, 21 to 24 August 2012. Disponível em: <https://social.un.org/ageing-working-group/thirdsession.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2019.

UNITED NATIONS. Open-Ended Working Group on Ageing Fifth Session – 30 July – 1 August 2014. *Permanent Mission of Brazil to the United Nations*. Disponível em: <https://social.un.org/ageing-working-group/documents/fifth/Brazil.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

UNITED NATIONS. *Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment*. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G10/106/94/PDF/G1010694.pdf?OpenElement>. Acesso em: 24 jul. 2019.

UNITED NATIONS. Second World Assembly on Ageing. Madrid, 8-12 April 2002. *A/CONF/197/3/Add.2*. 6 March 2002. Report of the Commission for Social Development acting as the Preparatory Committee for the Second World Assembly on Ageing on the work of its second session. Disponível em: <http://www.cpahq.org/cpahq/cpadocs/UN%20Report%20of%20the%20Second%20World%20Assembly%20on%20Ageing.pdf>.

UNITED NATIONS. Special Procedures of the Conseil des Droits de L'homme human Rights Council. *Mandate of the Special Rapporteur on the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health*. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/12.10.2008%20Letter%20to%20CND%20fromSpecial%20Rapporteurs.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

VILLAGRA, Soledad. *Protocolo Facultativo ao PIDESC: uma ferramenta para exigir os DESC*. Curitiba-PR, nov. 2009. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-humanos/protocolo>.

WACHELESKI, Nádia Regina. *As configurações da situação de encarceramento de idosos em Porto Alegre/RS*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7197/1/000467554-Texto%2bCompleto-0.pdf>.

WEIS, Carlos. *Direitos humanos contemporâneos*. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

ZUMAK, Henrique. As propositais ‘contradições’ do ordenamento jurídico e a lógica irracional do idoso preso. *Empório do Direito*, 25 mar. 2015. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/leitura/as-propositais-contradicoes-do-ordenamento-juridico-e-a-logica-irracional-do-idoso-presos>. Acesso em: nov. 2018.